

O INGLÊS, O PARENTESCO E O ELITISMO NA CASA DE RIO BRANCO

Cristina Patriota de Moura

Introdução

Em janeiro de 2005, as páginas dos principais jornais e revistas de circulação nacional estiveram repletas de editoriais, artigos de opinião e cartas que tinham como tema a retirada do caráter eliminatório da prova de língua inglesa do concurso de admissão à carreira de diplomata. Entre os críticos mais acirrados da medida estavam alguns embaixadores aposentados e muitos críticos do governo Lula. Entre os defensores da medida estavam partidários do PT, intelectuais, jornalistas e ex-ministros, assim como os representantes autorizados da Casa de Rio Branco. De fato, o assunto deu o que falar e, entre o que foi dito, é interessante notarmos algumas representações sobre a carreira de diplomata. Veremos que em grande parte dos casos, menos que avaliar a necessidade da prova de inglês ser eliminatória no concurso, o que apareceu como questão central foi o caráter “elitista” do Itamaraty, o tipo de elitismo praticado, sua legitimidade e, no limite, a honra do corpo diplomático e do Brasil na esfera pública internacional.

Partindo da tradição acadêmica da antropologia cultural e social, a proposta do presente artigo é pensar a questão de forma mais abrangente, sem necessariamente tomar partido na discussão travada na mídia. A análise do debate na imprensa em torno do elitismo na Casa de Rio Branco coloca em evidência uma série de representações compartilhadas amplamente na sociedade brasileira acerca da hereditariedade e relações de parentesco como determinantes do ingresso na carreira de diplomata. Estudos de cientistas sociais e dados fornecidos pelo próprio Ministério das Relações Exteriores (MRE) evidenciam que há décadas o recrutamento de novos diplomatas vem sendo feito através de concurso público e que tem havido crescente esforço para ampliar as bases de recrutamento para a carreira.

Não obstante, persistem as noções de que o Itamaraty é um grande “clã”, formado por conjuntos de “linhagens de diplomatas” e que há favorecimento de filhos de diplomatas nos concursos de admissão. Mais que isso, os próprios membros da Casa se vêem constantemente impelidos a tomar medidas que evidenciem os esforços de erradicar o “problema das famílias de diplomatas”. O argumento aqui apresentado vê na própria representação simbólica que mantém o espírito de corpo e o *ethos* compartilhado, a principal causa da ilusão de que a organização do Itamaraty está fundamentada nos laços biológicos entre membros da carreira de diplomata do serviço exterior brasileiro. Para tal, analiso a noção de Casa e como esta se relaciona com estratégias de manutenção de um patrimônio comum baseado em representações de parentesco, partindo de estudos da história e antropologia social, como os de Georges Duby, Claude Lévi-Strauss e Pierre Bourdieu.

I. A Casa de Rio Branco como unidade de parentesco

Desde o início da década de 90, a antropologia brasileira tem visto o surgimento de uma série de trabalhos que procura pensar instituições do Estado. Esses trabalhos têm enfatizado a dimensão simbólica de constituição dessas instituições, incluindo suas formas de estabelecimento de fronteiras, identidades específicas e relações de troca com outras instituições e a “população nacional” de forma mais ampla. Em contraste com trabalhos realizados no âmbito da sociologia, da ciência política ou mesmo da economia, os trabalhos antropológicos têm procurado pensar processos e configurações sociais a partir de perspectivas ao mesmo tempo microscópicas, como versa a tradição etnográfica, mas também através de um deslocamento do olhar para a identificação de formas de constituição de pessoas, relacionamentos, grupos, redes e universos simbólicos. Dessa maneira, alguns quadros conceituais e metodológicos desenvolvidos no âmbito do estudo de sociedades de pequena escala têm sido de grande utilidade.¹

Quando elaborei minha dissertação de mestrado, em 1999, não havia trabalhos antropológicos sobre diplomatas. Minhas principais referências foram os trabalhos de um cientista político sobre o processo de burocratização do Itamaraty (Cheibub, 1984, 1989, 1994) e os trabalhos antropológicos sobre a carreira militar (Castro, 1990; Leirner, 1997). As carreiras militares, principalmente no que se refere aos oficiais, guardam diversas semelhanças estruturais com a carreira de diplomata, em termos da organização em classes hierárquicas, ordem de precedência e lista de antiguidade. Não obstante, se os trabalhos sobre o exército têm apontado para um tipo de ordem hierárquica com fortes dimensões individualistas, a diplomacia brasileira tem apresentado uma capacidade de inclusão simbólica de indivíduos recrutados nos mais diversos segmentos de nossa população nacional em uma ordem que mantém características não só aristocráticas em termos de uma etiqueta diplomática compartilhada internacionalmente (Góes Filho, 2003; Tomass, 2001), mas também de definição “familiar” dos indivíduos recrutados através de concurso público “democrático” e “impessoal”.

Se o parentesco não explica a organização “racional” da instituição e a forma de recrutamento de seus membros, o simbolismo calcado em imagens que remetem à ordem doméstica e familiar é de extrema relevância para entender o senso de exclusividade compartilhado pelos diplomatas brasileiros. É através dessas imagens que se efetua a internalização do *ethos* diplomático no IRBr e também através dessas imagens compartilhadas que se mantém o *esprit de corps* da instituição. Como nos diz Herzfeld, “The familial and bodily symbols of nationalism are not simply metaphors. They are powerful emotive magnets”² (1992: 12).

É verdade que Weber utiliza critérios econômicos para diferenciar a organização racional do estado moderno da organização estamental. Porém, não elimina a possibilidade da existência de ambas as ordens ao mesmo tempo e, mais do que isso, está falando de “tipos ideais”, que ele mesmo distingue metodologicamente de “indivíduos históricos” (Weber, 1992). Acredito, no entanto que, se o MRE se organiza de forma “racional” no que diz respeito ao recrutamento de seus membros e à relação dos funcionários com os meios materiais de existência da instituição, o mesmo não acontece no plano simbólico.

Quando pensamos em termos de Casa, família, patrono e corpo, temos que a coletividade dos diplomatas brasileiros se pensa através de metáforas biológicas (corpo), familiares (patrono e família) e domésticas (casa). Mais que isso, eles se distinguem de “outros” através de noções de honra e *status*, que se traduzem em um estilo de vida e visão de mundo, próprios aos estamentos caracterizados por Weber. Se os diplomatas estão “separados” dos meios materiais de sua organização, eles representam a própria instituição e suas instalações materiais como um “patrimônio”. O que é separação no plano material passa a ser uma reapropriação no plano simbólico.

Todo o processo que se inicia com a criação do IRBr, em 1945, e culmina com a mudança do MRE para Brasília, em 1970 (quando é criado o Dia do Diplomata, na data de aniversário do Patrono), tem um simbolismo que, com raízes no parentesco, passa a designar a instituição. Esse mesmo processo pode ser tomado como um processo de burocratização e racionalização, já que a criação do Instituto representa um passo importante no que se refere à criação de critérios impessoais no funcionamento da instituição.

O corpo diplomático brasileiro é, portanto, uma coletividade que se define em termos profissionais, através da noção de carreira e categoria funcional. É também um grupo de status que se distingue por um *ethos* e visão de mundo compartilhados. Finalmente, a auto-representação desse grupo é feita através de imagens que remetem à linguagem de parentesco e o fechamento da instituição faz com que as próprias relações de “parentesco real” sejam englobadas pela Casa.

Ainda que de forma não-conclusiva, gostaria de pensar a noção de Casa à luz de autores como Elias (1986), Duby (1989), Lévi-Strauss (1986) e Bourdieu (1980). Todos apontam para a existência de Casas ou *Maisons*, seja na França medieval ou do antigo regime, entre os yurok da Califórnia ou entre os camponeses do Béarne. São contextos bastante diferentes, mas todos têm em comum a união entre “patrimônio” e “parentesco”. Bourdieu chega a dizer que o que está em jogo nas estratégias matrimoniais do Béarne é mais a continuidade do patrimônio indivisível do que a continuidade da linhagem. Duby mostra como, entre os séculos X e XII há uma cristalização das linhagens aristocráticas no sul da França, justamente no momento que se fixam os grandes domínios feudais e que as linhagens se referem a ancestrais míticos que tomaram o nome do lugar onde a linhagem veio a se fixar. Elias nos mostra que os nobres da sociedade de corte eram antes representantes de suas casas do que membros de uma “família” nos moldes burgueses. Assim Lévi-Strauss define a noção de Casa:

... pessoa moral detentora de um domínio, que se perpetua pela transmissão do seu nome, de sua fortuna e de seus títulos em linha real ou fictícia, considerada legítima somente na condição de que essa possa se expressar na linguagem do parentesco ou da aliança e, na maioria dos casos, das duas em conjunto (Lévi-Strauss, 1986: 186).

Por mais que saibamos que, historicamente, o título de “diplomata” tenha sido uma prerrogativa de pessoas “bem nascidas” e que o Itamaraty é conhecido por ter abrigado descendentes de membros da corte imperial brasileira, também sabemos que o MRE vem passando, ao longo desse século, por um processo de burocratização e democratização no que diz respeito ao recrutamento de seus membros. A enorme

maioria dos jovens diplomatas atuais está longe de ser considerada “nobre” por qualquer critério de hereditariedade. Não obstante, vemos comentários como o de que o Itamaraty é o último refúgio da nobreza no Brasil.

O Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira, funciona como recurso simbólico que une a Casa, a nação e a identidade diplomática. Em trabalhos anteriores abordei a relação entre essas três noções através do simbolismo em torno da imagem de Rio Branco (Moura, 1998: 2003). Gostaria de me concentrar aqui somente na figura do “patrono”. Representando uma figura considerada fundadora da diplomacia brasileira e da Casa como patrono, invocam-se imagens emprestadas à idéia de família e grupo local para representar a instituição. Mais do que isso, invoca-se a mesma figura para representar a unidade da nação³. Como nos diz Herzfeld, “Patrilineal descent [...] readily serves as a metaphorical vehicle for the transformation of social groups into national entities” (Herzfeld, 1992: 29).

É interessante notar que Rio Branco não está só ligado à imagem da instituição como um todo. É ele que dá nome ao instituo responsável pela reprodução da instituição. Bourdieu é quem aponta para a convergência das diversas estratégias de reprodução social, ao nos dizer que as estratégias matrimoniais são “*indissociables des stratégies successorales, des stratégies de fecondité ou même des stratégies pédagogiques*” (Bourdieu, 1980: 270).

O termo Casa designa tanto a coletividade dos diplomatas quanto o seu patrimônio, material ou simbólico. O patrimônio material são as instalações do Ministério atual e passado, em Brasília e no Rio de Janeiro. É significativo que ambas tenham o mesmo nome: Palácio Itamaraty. Mais significativo ainda, no entanto, é que no ano do “deslocamento” da Secretaria de Estado para Brasília, o Palácio Itamaraty foi declarado, ao mesmo tempo, patrimônio da cidade do Rio de Janeiro e da diplomacia, como consta no Decreto de 1970:

Art. 1º O Palácio Itamaraty, com todas as suas dependências, patrimônio da diplomacia brasileira e da cidade do Rio de Janeiro, não poderá ser, em caso algum, utilizado por órgãos ou serviços não dependentes diretamente do MRE (Decreto n. 66.281, 17 de fevereiro de 1970).

Mas o patrimônio do “corpo” diplomático brasileiro (uma metáfora biológica) não se restringe às suas instalações materiais. Ele é, principalmente, um conjunto de atribuições que se acumulam em um capital simbólico, social e político, monopolizado pela Casa. Esse monopólio consiste, principalmente, do direito de ser o representante “legítimo” do estado brasileiro em suas interações com outros estados. Mas consiste também do próprio direito de seus membros de portarem documentos de identidade diferenciados do restante da população brasileira, do acesso a segredos de estado e do monopólio exclusivo de seus membros de utilizarem o título “diplomata”.

Enquanto os grupos de parentesco designados como Casas são os detentores de um patrimônio privado, os diplomatas brasileiros são parte de uma burocracia de estado. É bem claro que, em termos materiais, eles não são os donos do MRE e, em termos profissionais, são funcionários do Estado brasileiro. Porém, cabe ressaltar que o processo de burocratização se dá ao mesmo tempo que os símbolos e rituais da Casa vão ganhando contornos mais definidos e formando uma “tradição”. Não acredito que

os diplomatas estejam em vias de deixar de ser um grupo de status para se transformarem em funcionários “burocráticos”: eles são ambos ao mesmo tempo. E aí está a importância do processo de socialização vivido no IRBr. É esse instituto e a experiência intensa vivida nos anos de formação que permitem a reprodução do *ethos* institucional, mesmo com todas as mudanças ocorridas ao longo dos anos.

Durante a pesquisa de campo realizada no IRBr (Moura, 2006) foi possível identificar algumas representações acerca do caráter aristocrático da diplomacia entre os alunos, neófitos da carreira de diplomata, ao falarem da forma como entraram em contato com a carreira. Vale notar que, nas duas turmas que acompanhei, que somavam um total de cinquenta e quatro novos diplomatas, um era filho de diplomata e mais cinco tinham parentes diplomatas fora da família nuclear. A sessão abaixo é parte integrante de minha dissertação.

* * *

De 39 diplomatas que responderam o questionário, 21 disseram pensar em ser diplomatas desde a época em que cursavam primeiro ou segundo grau. Considerando que só poderiam prestar o concurso depois de terem concluído curso universitário, isso significa que essas pessoas estavam na situação de possíveis candidatos há, no mínimo, quatro anos. Alguns passaram mais de dez anos querendo ser diplomatas antes de terem condições de se inscreverem no concurso.

De onde vem essa vontade precoce de ser diplomata? Uma resposta possível seria que eles formulariam seu projeto profissional a partir da existência de diplomatas na família. Por isso resolvi perguntar, no questionário, se conheciam diplomatas antes de prestar o concurso. As respostas indicaram que mais de metade (20 pessoas) não conhecia nenhum diplomata antes de decidir prestar o concurso. Cinco pessoas indicam conhecimentos travados já na faculdade ou após formatura. Duas pessoas tinham “conhecidos distantes” e nada mais. Quanto ao restante das respostas, algumas foram dadas pelas mesmas pessoas. Por exemplo, uma mesma pessoa disse que tinha um primo e um avô diplomatas, assim como “conhecidos da família”. Temos, portanto, que só um número muito pequeno de pessoas tinha contatos diretos com diplomatas antes de fazer o concurso e um número ainda menor conhecia algum diplomata antes de entrar para a faculdade. O fato de ter parentes ou conhecidos da família, por outro lado, não significa necessariamente que o candidato tinha contato direto com essas pessoas. Vejamos uma das respostas ao questionário:

Minha família conheceu diplomatas, mas não me lembro de ter tido contato com essas pessoas. Mesmo o primo a que me referi acima era bem distante – só o conheci pessoalmente no dia em que fui lhe pedir as tais indicações.

Não obstante, os questionários também indicam que a maioria teve incentivos da família de origem (pais, irmãos, avós) para prestar o concurso. Nesse caso, o fato da família conhecer diplomatas certamente contribuiu para que a diplomacia fosse parte do *campo de possibilidades* (Velho, 1994) entrevisto pelos pais para a opção profissional dos filhos. Grande parte diz ter sido influenciada pela família de origem

na decisão de fazer o concurso. Apesar de haver um número considerável de pessoas (sete) que disseram não ter tido influência de ninguém, é patente que a “diplomacia” é uma “carreira” aprovada pela família (seja de origem ou procriação). Ser admitido na carreira é, na grande maioria das vezes, um motivo de “orgulho” familiar, segundo depoimento de diversos diplomatas. Vejamos alguns exemplos de incentivos familiares:

Sempre ouvi, de familiares e amigos, que era um “diplomata nato”. Mas não acredito que isso tenha me influenciado a fazer o concurso. Acho que optei pela carreira por uma questão de vocação, simplesmente” (questionário, turma 2).

Na verdade eu pensava (em ser diplomata) porque algumas pessoas vieram para mim e falaram que elas achavam que eu tinha jeito. É, jeito para a diplomacia. Talvez porque eu gostava de línguas. Não, a grande justificativa era porque eu gostava de línguas. [...] Eu tinha um professor de inglês que foi a primeira pessoa que me falou. Depois eu tive uma professora no segundo grau que foi uma pessoa importante na minha vida, também falou. E aí meu pai achou a idéia boa, aí eu lembro que até ligou para o Itamaraty e tal, eles mandaram lá pra casa um prospecto. [...] Mas eu não sei por que eu achava que eu ia fazer, eu acho que a minha vida inteira tinha algumas coisas que eu sabia que eu ia fazer, que eu não sei por que, mas eu achava que ia ser diplomata” (entrevista, turma 1).

Não é raro ouvir diplomatas dizerem que ouviam dos pais ou professores que tinham “jeito pra diplomata”. Em geral essa insinuação vem acompanhada de explicações tais como ser bom aluno na escola, ser “educado” e inteligente, gostar de aprender línguas. Ninguém diz ter ouvido essa insinuação como um insulto, muito pelo contrário: dizer a uma criança ou adolescente que ela tem “jeito para diplomata” é sempre (pelo menos nos depoimentos de diplomatas) um elogio. Isso se deve a um “fato social” bastante geral: o “diplomata” tem *status* privilegiado na sociedade brasileira.

Querer ser diplomata é, portanto, querer ter um emprego estável, que propicie oportunidades de viajar e muitas vezes desenvolver outras atividades paralelamente. Mas é também uma oportunidade de adquirir um novo *status*, de “estar próximo do poder”, como me disse um diplomata. Significa ascender socialmente para muitos, manter uma situação social privilegiada para alguns. Diplomatas são citados em colunas sociais de jornais, revistas de circulação nacional como *Caras*, *Veja*, *Istoé*, novelas da Rede Globo e até em romances de Machado de Assis, como o *Memorial de Aires*. Eles em geral aparecem como pessoas “sofisticadas”, membros de uma elite de difícil acesso. Mais do que isso, vários diplomatas aparecem entre as figuras de relevo nacional, como Ministros de Estado, porta-vozes da Presidência da República, escritores, músicos, poetas, enfim, são vistos como desde líderes políticos até “celebridades” (Mills, 1975).

Um diplomata recém-aprovado no concurso chegou a dizer que “o Itamaraty é o último refúgio da nobreza no Brasil”. Não acredito que essa idéia signifique que se pense que os diplomatas fazem parte de uma nobreza hereditária, apesar de ser comum a idéia de que só aqueles nascidos em “famílias tradicionais” passam no concurso. Os diplomatas, no entanto, se apresentam muitas vezes de forma semelhante àquela identificada por Elias (1986) em *A Sociedade de Corte*, em relação à nobreza. O “Itamaraty” é, além disso, fruto de um processo histórico onde houve, de fato, uma

fase quando os diplomatas eram todos membros da corte do Imperador. Mais que isso, no entanto, os membros do corpo diplomático brasileiro conseguiram se estabelecer como um “estamento” que se caracteriza por uma *visão de mundo e estilo de vida* particulares, que compõem um *ethos* que guarda certas semelhanças com o *ethos* cortês. Leal (1995) identificou a existência de um *ethos* cortês entre um setor da “sociedade” carioca. Ele menciona a existência de membros de famílias que participavam desse *ethos* no Itamaraty. Acredito, no entanto, ser possível identificar um *ethos* próprio no Itamaraty, que não coincide com o *ethos* de corte identificado por Leal. Deixemos isso para mais adiante, mas tendo em mente que o adjetivo “nobre” ou “aristocrático” é utilizado por candidatos e seus familiares para designar o “diplomata”.

Ademais, isso nem sempre é visto com bons olhos por aqueles que desejam ser diplomatas. Muitas das entrevistas realizadas atestam que pessoas queriam ser diplomatas porque queriam, principalmente, ter a oportunidade de “viajar com um bom emprego”, e que a “formalidade” era vista como um “mal necessário”.

É, eu achava que ia ter que mudar muito meu jeito de ser. [...] que eu sempre andava com calça furada, só ia pra boteco, assim, barzinho, não tinha nenhum tipo de [...] nada que correspondesse ao estereótipo de diplomata, que eu achava que realmente devia ser.

E como era esse estereótipo?

Pessoas muito formais, muito fechadas, muito fleumáticas, muito educadas, finas e tal, muito cultas [...] mais ou menos isso. O que eu acho que todo mundo acha que é, né? E muito simpáticas, muito cordatas, afáveis, acho que é a imagem que todo mundo de fora tem, né? (entrevista, turma 1).

O fato é que a noção de que os diplomatas têm hábitos aristocráticos permeia as representações que os candidatos têm do Itamaraty. Mas há também outra idéia importantíssima: a de que os diplomatas são pessoas muito inteligentes e que só pessoas com inteligência muito acima da média conseguem passar no concurso. A idéia que os diplomatas formam uma elite, portanto, não passa necessariamente pela noção de *sangue* e hereditariedade, mas das capacidades intelectuais dos indivíduos que compõem o Corpo Diplomático. Temos, portanto, um *grupo de status* cujos membros são recrutados pelo mérito individual e não por pertencerem a *famílias de bem*. Não obstante, o *ethos* da instituição possui componentes aristocráticos, que podem ser identificados com outros *ethoses* de *grupos de status* baseados na hereditariedade. Não podemos esquecer, também, que o processo de burocratização e racionalização do Itamaraty é relativamente recente e que, até meados desse século, grande parte dos diplomatas era, de fato, recrutada entre famílias que pertenceram à corte imperial. A própria diplomacia se consolidou, nos Estados Nacionais europeus, como uma atividade exercida por nobres.

As transformações ocorridas nas práticas de seleção e manutenção do pessoal diplomático exemplificam, também, tanto a racionalização quanto a burocratização da diplomacia. A evolução dessas práticas se processa em três fases. Na primeira (até séc. XV), a ausência de uma prática bem definida conduz, até mesmo, à utilização de estrangeiros no desempenho da função diplomática. Depois (séc XVI a XIX), há a quase exclusiva utilização da nobreza ou dos

“homens de boa família” nas representações diplomáticas. Finalmente (séc. XX), o Estado inicia uma política de formação e total manutenção de um quadro de funcionários especializados (Cheibub, 1987: 61).

2. Inglês, elitismo e hereditariedade

Já em outubro de 2004 começam a aparecer matérias esparsas a respeito de mudanças no edital do concurso para a carreira de diplomata, que se realiza todos os anos. O grande foco das matérias é a prova de inglês, não mais considerada eliminatória. Em 14 de janeiro de 2005, um artigo do ex-chanceler e diplomata de carreira aposentado Mário Gibson Barbosa, dá início a uma série de reportagens que terão seu clímax na reportagem de capa da revista *Veja*, estampada com uma orelha de burro.

Diz-se agora, com evidente intenção de crítica, que o Itamaraty é “elitista”. É preciso definir de que elitismo se está falando. Se por elitismo entende-se privilégios de berço ou de fortuna, tal crítica tem fundamento. Não é o caso, pois o acesso à carreira diplomática brasileira faz-se de forma impecavelmente democrática. Mas se o elitismo é de caráter cultural, aí a crítica é extremamente equivocada e grave, pois o diplomata tem de ser de alto nível cultural para servir adequadamente o seu país. [...]

O Brasil ainda tem, infelizmente, um vasto número de analfabetos. Não me parece conveniente, contudo, abrir as portas da nossa carreira de diplomática ao analfabetismo. [...]

Do lado oposto dessa tentativa de vulgarizar nossa carreira diplomática, vem-me à memória a *boutade* (ai, perdoem-me a expressão “elitista”) de Joaquim Nabuco: “o verdadeiro diplomata é aquele que consegue dar uma impressão falsa de seu país no exterior”. Coisa que ele e outros grandes diplomatas da nossa História souberam fazer com perfeição (Barbosa, 2005).

Ao longo de toda a discussão noticiada no início deste ano, tanto os que criticavam quanto os que defendiam as novas regras do concurso compartilhavam dois princípios básicos: 1) que o Itamaraty deveria ser uma instituição de elite e 2) que essa elite deveria ser formada com base no “mérito” e não no nascimento. Por um lado, os que criticavam a medida diziam que ela iria possibilitar o acesso à carreira de pessoas despreparadas, incompetentes, monoglotas ou mesmo analfabetas e inclusive que “a aposta na mediocridade dos quadros diplomáticos é uma aposta infeliz que nos tolherá em nossa capacidade de atuação externa e, com o tempo afastará o Itamaraty do núcleo decisório interno em favor de burocracias mais bem preparadas” (Flecha de Lima, 2005) colocando, portanto, em cheque, o prestígio da instituição como órgão que ocupa posição central na formulação de políticas do governo federal. Por outro lado, os que defendiam a medida faziam questão de frisar que o Itamaraty continuaria recrutando os candidatos mais bem preparados, que o “bom elitismo” continuaria existindo e que seriam abertas oportunidades para candidatos que, apesar da extrema competência nas outras disciplinas (português, direito, economia, relações internacionais, história, geografia, espanhol ou francês), talvez não tivessem tanta fluência na língua inglesa.

A questão da língua inglesa, ademais, foi relacionada às mais diversas medidas do governo Lula, como a proposta de reforma universitária e política de cotas, o projeto da Ancinav (Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual) e a cartilha “politicamente correta”, todas elencadas na matéria de capa da revista *Veja* de 26 de janeiro. Como disse Nelson Motta, “era um convite irrecusável ao deboche, às acusações de xenofobia e antiamericanismo delirantes do PT e do governo Lula” (Motta, 2005). Não está no âmbito desse artigo discutir o obscurantismo (ou não) das medidas do governo Lula e os interesses defendidos por setores da grande mídia nacional, apesar de ser possível também utilizar esse mesmo material para pensar tais questões. Também não pretendo, aqui, dar um veredicto sobre os efeitos das mudanças no concurso para a competência técnica dos diplomatas brasileiros. Tal avaliação dependeria de uma pesquisa que acompanhasse os candidatos aprovados no concurso de 2005 e os comparasse a turmas anteriores do programa de formação e aperfeiçoamento (PROFA-1), o curso oferecido pelo IRBr. Vale ressaltar, ainda assim, que as acusações de que os novos diplomatas seriam monoglotas, medíocres e possivelmente até analfabetos, não levaram em conta, em nenhum momento, o fato de que a retirada do caráter eliminatório da prova de língua inglesa veio acompanhada da inclusão de outros dois idiomas no concurso: o francês, que havia sido eliminado do concurso desde 1996 (sob protestos de outra ordem, no governo Fernando Henrique Cardoso) e o espanhol que, pela primeira vez, aparece entre as provas classificatórias do concurso de admissão à carreira de diplomata.

Se diversas questões mais técnicas com relação ao concurso e à formação dos diplomatas brasileiros sequer são tratadas no debate em questão, é interessante, no entanto, notar como aparecem, nos mais diversos artigos, termos que remetem a noções de parentesco para designar membros do corpo diplomático brasileiro. Cito abaixo alguns exemplos:

Perplexos com a mudança, **embaixadores de boa linhagem** vão arquitetando a contra-ofensiva. Pretendem sugerir ao presidente a inclusão do exame de sanidade mental nos critérios que orientam a escolha do chanceler (*Jornal do Brasil*, 2004).

O ministro Neiva Tavares lembra que, **nos anos 30, criticava-se o fato de que as provas favoreciam o ingresso na carreira de filhos de diplomatas**, por eliminarem candidatos que podiam ter altas qualificações em outras áreas de conhecimento mas que eram, muitas vezes, incapazes de superar a nota de corte nas línguas estrangeiras (Carneiro, 2005).

A discussão sobre democratizar o acesso à carreira diplomática é válida, relevante, até porque os resultados das **provas do Rio Branco parecem obedecer ‘cotas’. A primeira é para filhos, netos e aparentados de diplomatas, especialmente de embaixadores** [...] Sempre há vagas para os mais brilhantes. Os que são “tão brilhantes quanto”, mas sem sobrenome, sobram. [...] A idéia de “deselitizar” é simpática, mas será que quem sonha em ser diplomata pode ser um ás nas outras matérias e medíocre em inglês? (Cantanhêde, 2005)

Essa decisão do Ministério das Relações Exteriores traz um gesto raro na administração pública brasileira: o de abrir mão de um **privilégio concedido aos dependentes de seus servidores**. Ao considerar o inglês como disciplina obrigatória, o processo de seleção terminava beneficiando jovens que tiveram a chance de viverem no exterior quando crianças, como ocorre com os **filhos de diplomatas** (Buarque, 2005).

O resultado do atual sistema seletivo salta aos olhos quando se consulta a **lista de sobrenomes** dos atuais diplomatas e a compara com as listas das gerações precedentes. Mais do que em qualquer outra carreira profissional, ocorrem indiretamente **sucessões hereditárias**, em muitos casos desde o século 19. **A tradição da carreira diplomática não lhe subtrai o caráter de função de Estado, cujo exame, para aferir a capacidade dos candidatos, subordina-se rigorosamente à transparência, à legalidade e à impessoalidade.** A mudança introduzida não objetiva desconsiderar uma aptidão, como erroneamente apontou a mídia. Busca tão somente não a supervalorizar a ponto de provocar uma distorção no certame. O sistema atual exerce uma discriminação entre os candidatos, configurando uma situação incompatível com o Estado de Direito, com a organização da República e com os direitos fundamentais da cidadania brasileira (Seitenfus, 2005).

Certamente, a **natureza endogâmica** do Itamaraty (burocracia em que se reserva a constituição de verdadeiros “**clãs**” parentais, ao longo de sua história) será mitigada. O concurso não deixará de ser elitista – se compreendermos, por elite, “o que há de melhor em uma sociedade ou em um grupo” (Dicionário Aurélio). Em estrita conformidade com o princípio liberal da meritocracia, apenas os mais aptos, e devidamente merecedores, serão selecionados” (Lopes, 22/02/2005)

Termos como clã, parentela, endogamia e linhagem de fato fazem parte de um modelo “*as if*” (Leach, 1954) através do qual os diplomatas brasileiros vêm construindo sua auto-imagem e sendo percebidos por sujeitos externos à Casa de Rio Branco. Esses termos que, utilizados metaforicamente, funcionam como poderosos recursos simbólicos para manter o “espírito de corpo” dos funcionários da carreira de diplomata do serviço exterior brasileiro, são os mesmos que, tomados no sentido biológico, fazem com que a mesma instituição “cujo exame, para aferir a capacidade dos candidatos, subordina-se rigorosamente à transparência, à legalidade e à impessoalidade” (Flecha de Lima, 2005) seja louvada por sua intenção de “abrir mão de um privilégio concedido aos dependentes de seus servidores” (Buarque, 2005). Ou seja, supõe-se que esse privilégio de fato exista e que as mudanças no exame de seleção contribuam para eliminá-lo. Nesse ponto, é interessante lembrar da “descoberta” de Schneider (1968) acerca do parentesco nos Estados Unidos de que é a biologia que funciona como metáfora para laços de ordem moral e não vice-versa.

Mesmo levando em consideração a “ilusão biológica” do parentesco ocidental, moderno, burguês, que tem a família nuclear como modelo de onde as outras formas derivam, é possível identificar, no âmbito do corpo diplomático brasileiro, duas ordens de parentesco que, por falta de terminologia mais apropriada, chamaremos de “parentesco real” e “parentesco simbólico”. A primeira estaria ligada à esfera doméstica, da vida privada, e a segunda seria uma forma de constituir uma esfera “privada” no âmbito de uma instituição “pública” a partir da hierarquia, em operação semelhante àquela identificada por Leirner em relação ao exército. Quando se fala das “cotas” para filhos e parentes de diplomatas e das “sucessões hereditárias” é do “parentesco real” que se está falando, parentesco este que, como critério de recrutamento, é considerado “incompatível com o estado de direito”.

3. A simetria internacional e o elitismo nacional

Os trabalhos de Tomass (2001) e Góes Filho (2003) abordam a diplomacia do ponto de vista das relações entre estados nacionais. Essa dimensão, aliás, é a que define a própria existência da atividade diplomática e, no limite, dos Estados enquanto coletividades constituídas historicamente como unidades políticas legítimas. Os dois trabalhos apontam para a importância do princípio de igualdade entre as nações no âmbito do direito internacional e das práticas institucionais, seja de instâncias multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU) ou do conjunto de relações bilaterais mantidos pelo governo de um país e os representantes diplomáticos nele credenciados. Tomass aborda as regras cerimoniais e a ordem de precedência:

Nesse sentido, é de suma importância que as diferenças entre os Estados, dadas pelas assimetrias de poder, não sejam explicitamente compreendidas como desigualdade de condições. Por isso, a observância de tais princípios nas relações diplomáticas é imprescindível para que sejam assegurados espaços propícios que garantam às negociações internacionais condições as mais favoráveis. Isto nos leva a pensar a etiqueta diplomática como basicamente um conjunto de regras de interação social que materializa simbolicamente as condições de igualdade comum a todos os Estados-Nação. A importância de ela ser tão privilegiada nas relações diplomáticas reside na necessidade de a todo momento ser necessário trazer à forma aquilo que não pode falhar na substância: o diplomata atua o tempo todo em nome do Estado (igualitário) que representa (Tomass, 2001: 75).

Góes Filho, ao descrever a “esfera pública internacional” em sua atualização na Assembléia-Geral da ONU, também aponta para a importância da teatralização da igualdade em um mundo de tensões e disputas:

Da mesma forma que o Negara, descrito por Geertz, os rituais da Assembléia-Geral buscam revelar uma dimensão expressiva de um mundo no qual o alto grau de cerimonialismo e a etiqueta são fundamentais e mesmo constitutivos da ação política. Entretanto, diversamente da sociedade balinesa, a desigualdade e a hierarquia do centro são substituídas pela igualdade e pela simetria e o orgulho do status pela consagração de cada nação como uma totalidade singular e única

A par da dimensão de teatralidade nos grandes rituais da ONU, particularmente nas sessões da Assembléia-Geral e nas Grandes Conferências, busca-se, de um lado, encenar essa ordem idealizada e, de outro, reafirmar as diferenças e singularidades. Na medida em que as nações ali se representam como sendo equivalentes, para que suas vozes sejam ouvidas é fundamental que assumam alguma visibilidade. O centro, nesse caso, não é dado, mas objeto de disputas (Góes Filho, 2003:214)

De fato, o princípio da simetria entre os Estados, mantido de forma ritual, é um ideal que informa as relações internacionais não-violentas. O domínio da etiqueta de cerimonial e da “linguagem diplomática” em seus diversos sentidos (Moura, 2006; Góes, 2003) são o que garantem a manutenção dessa frágil simetria formal, que está sempre sendo contestada pelas práticas cotidianas dos agentes no mundo atual, que não se restringem a Estados.

O que as discussões acerca dos critérios de recrutamento de diplomatas no Brasil revelam é que, se os nossos diplomatas têm sido competentemente preparados para exercer as atividades que permitem a manutenção da ilusão da simetria no que se refere à atuação do Brasil em órgãos internacionais, por exemplo, há também uma noção compartilhada de que isso só tem sido possível pelo fato do Itamaraty ter sempre recrutado a “nata” de nossa população.

Não acredito que as alterações feitas no exame de admissão à carreira de diplomata tenham grandes efeitos no que diz respeito às bases de recrutamento da Casa de Rio Branco. Ademais, mesmo que as “bases” sejam alteradas, o IRBr tem se constituído como um órgão de extrema eficácia no sentido de inculcar um *habitus* diplomático em indivíduos provenientes de uma multiplicidade de origens regionais, familiares e mesmo econômicas.

Por outro lado sabemos, com Bourdieu (1984, 1996), que grupos de elite sempre traçam estratégias de reprodução que passam por sistemas educacionais e marcas de distinção muito mais sutis do que a competência específica em um exame de língua inglesa. O teste de pré-seleção, este sim eliminatório, continua sendo uma medida de capital cultural que poucos indivíduos que tenham freqüentado escolas públicas e faculdades particulares, por exemplo, conseguirão adquirir. Permanecem ainda, mais que favorecimentos a filhos e parentes de diplomatas, importantes questões de gênero a serem trabalhadas. Mesmo assim, apesar das mulheres ainda constituírem uma preocupante minoria entre os aprovados no concurso, já existem hoje seis embaixadoras de carreira e tem havido esforços para incluir mulheres nas listas de promoções que tanto afligem diplomatas de todas as idades (Balbino, 2005).

O MRE tem tomado medidas visando recrutar membros de segmentos menos favorecidos da população, como atestam programas de bolsas para alunos negros que desejam se preparar para o concurso. Não obstante, persiste a preocupação em manter a posição de prestígio e centralidade da Casa de Rio Branco como instância não só responsável pela formulação de nossa política externa, mas também depositária da honra nacional. O que as exaltadas reações de “embaixadores de boa linhagem” demonstram, muito mais do que uma questão de habilidade específica dos novos diplomatas, é o medo de que a Casa de Rio Branco se torne apenas mais uma instituição burocrática.

Conclusão

Estudos realizados a respeito das bases de recrutamento do IRBr (Moura, 2006; Cheibub, 1985; Silva, 2005) demonstram que se, por um lado, os novos diplomatas brasileiros têm vindo de origens de classe e região cada vez mais heterogêneas, persistem as noções – inclusive entre possíveis candidatos à carreira – de que o Itamaraty privilegia filhos e parentes de diplomatas.

O argumento deste artigo é que a persistência de tais noções está relacionada às formas simbólicas empregadas no sentido de manter um senso de tradição e espírito de corpo entre os integrantes do MRE. A metáfora veiculada na designação da instituição como Casa de Rio Branco e as narrativas que mitificam o patrono da

diplomacia contribuem para a manutenção de um *ethos* aristocrático ao mesmo tempo que alimentam a imagem de que o Itamaraty se assemelha a um grupo de descendência com tendências patrilineares.

Tais recursos simbólicos têm sido eficazes no sentido de apresentar à sociedade brasileira e internacional um corpo diplomático hábil e coeso, com fortes vínculos entre seus membros. O que tem escapado àqueles que discorrem sobre o elitismo do Itamaraty, no entanto, é que grande parte desses vínculos, espírito de corpo e mesmo alianças matrimoniais são criados após o ingresso na carreira de diplomata e não em decorrência do fato de haver sangue do Barão do Rio Branco entre os candidatos aprovados nos concursos de admissão à carreira. Resta saber se tais recursos simbólicos e suas possíveis interpretações são de fato compatíveis com a imagem de instituição democrática e representativa da população nacional que o MRE também deseja veicular.

Notas

- ¹ Alguns exemplos são Abreu (2000), Castro (1990), Leirner (1997), Teixeira (1999), Bevilacqua (1995) e Kuschnir (1998).
- ² Os símbolos corpóreos e familiares do nacionalismo não são simplesmente metáforas. Eles são ímãs emocionais poderosos.
- ³ O Barão do Rio Branco é tido, entre os diplomatas, como aquele que, negociando as últimas fronteiras brasileiras, “desenhou o mapa da nação” (ver Lins, 1996; Oliveira Castro, 1983; Moura, 1998)

Referências bibliográficas

LIVROS

- ABREU, Luiz Eduardo de L. (2000), “Os Labirintos do Minotauro. Política, Troca e Linguagem”. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília.
- BALBINO, Viviane Rios (2005), “Diplomata. Substantivo Comum de Dois Gêneros. Um Retrato da Presença Feminina no Itamaraty no Início do Século XXI”. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Diplomacia do Instituto Rio Branco. Brasília, Ministério das Relações Exteriores.
- BATH, Sérgio F. G. (2005), “Instituto Rio Branco: um Sexagenário Sempre Jovem”, *Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros*, ano XII, nº 49 Abr./Mai./Jun. 2005, pp. 16-18.
- BEVILAQUA, Cimea; LEIRNER, Piero de Camargo (2000), “Notas Sobre a Análise Antropológica de Setores do Estado Brasileiro”, *Revista de Antropologia*, vol.43, n 2, São Paulo.
- BOURDIEU, Pierre (1980), “La Terre et les Stratégies Matrimoniales” in Bordieu, Pierre. *Le Sens Pratique*. Paris, Les Éditions de Munuit.
- _____. (1984), *Distinction. A Social Critique of the Judgement of Taste*. Cambridge, Harvard University Press.
- _____. (1996), “Os Ritos de Instituição” in *A Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo: Edusp.
- CASTRO, Celso (1990), *O Espírito Militar: Um Estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- CHEIBUB, Zairo Borges (1984), “Diplomacia, Diplomatas e Política Externa: aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty”. Dissertação de Mestrado, IUPERJ, Rio de Janeiro.
- _____. (1989), “A Carreira Diplomática no Brasil: o processo de burocratização do Itamaraty”, *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, vol. 23, nº 2, pp. 97-128, Abril 1989.

- _____. (1994), "A Formação do Diplomata e o Processo de Institucionalização do Itamaraty: Uma Perspectiva histórica e Organizacional", *Leituras Especiais*, n° 25, 1º/94, IRBr, Brasília.
- DUBY, Georges (1989), *A Sociedade Cavaleiresca*. São Paulo, Martins Fontes.
- DUMONT, Louis (1975) *Introduction à Deux Théories D'Anthropologie Sociale*. Paris, Mouton.
- _____. (1985), *O Individualismo*. Rio de Janeiro, Rocco.
- _____. (1992), *Homo Hierarchicus*. São Paulo, Edusp.
- ELIAS, Norbert (1986) *A Sociedade de Corte*. Lisboa, Editorial Estampa.
- _____. (1997), *Os Alemães. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*.
- FAORO, Raymundo (1957), *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo, Editora Globo.
- GEERTZ, Clifford (1980), *Negara: the Theatre State in Nineteenth-Century Bali*. Princeton: Princeton University Press.
- GÓES FILHO, Paulo de (2003), *O Clube das Nações. A missão do Brasil na ONU e o mundo da diplomacia parlamentar*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/NUAP.
- HERZFELD, Michael (1992), *The Social Production of Indifference. Exploring the Symbolic Roots of Western Bureaucracy*. Chicago, The University of Chicago Press.
- _____. (1997), *Cultural Intimacy. Social Poetics in the Nation State*. New York, Routledge.
- HOBBSAWM, Eric; Terence Ranger, (1992), *The Invention of Tradition*. Cambridge, Cambridge University Press.
- KUSCHNIR, Karina (1998), *Política e Sociabilidade. Um estudo de Antropologia Social*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ.
- LEACH, Edmund (1954), *Political Systems of Highland Burma*.
- LEAL, Carlos Eduardo de C. (1995), "O Banquete de Trimalcião: Ethos de Corte em um Setor da Elite Brasileira". Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/ UFRJ, Rio de Janeiro.
- LEIRNER, Piero de Camargo (1997), *Meia-volta, Volver: Um estudo Antropológico sobre a Hierarquia Militar*. Rio de Janeiro, FGV/Fapesp.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (1967), *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Petrópolis, Vozes.
- _____. (1989), "A Noção de Casa", in Lévi-Strauss *Minhas Palavras*. São Paulo, Brasiliense.
- MOURA, Cristina Patriota de (1998), "A Nação pela Diplomacia". Paper apresentado na XXI Reunião Brasileira de Antropologia, GT Antropologia dos Estados Nacionais. mimeo.
- _____. (2003), *Rio Branco. A Monarquia e a República*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- _____. (2006), *O Instituto Rio Branco e a Diplomacia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV (no prelo).
- OLIVEIRA CASTRO, Flávio (1983), *História da Organização do MRE*. Coleção Temas Brasileiros. Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- SCHNEIDER, David (1968), *American Kinship. A cultural Account*. New Jersey, Prentice-Hall.
- SILVA, Cláudia Angélica V. (2005), "O Vestibular para Embaixador e os Quartos-Secretários. Estudo sobre o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática". Dissertação de Mestrado, Mestrado em Diplomacia, Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, Brasília.
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (2002), *Gestar e Gerir. Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/NUap.
- TOMASS, Lea Maria (2001), "Diferença e Igualdade entre os Estados. Uma Etnografia da Precedência nas Relações Diplomáticas". Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília.
- VELHO, Gilberto (1994), *Projeto e Metamorfose*. Rio de Janeiro, Zahar.
- WEBER, Max (1992), "A Objetividade do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política", *Metodologia das Ciências Sociais*. Parte I. Campinas, Editora da Unicamp.

Artigos de Jornais e Revistas

- BARBOSA, Mário Gibson (2005), “Portas Abertas para o Analfabetismo”, *Jornal do Brasil*, 14 de janeiro.
- BUARQUE, Cristóvam (2005), “O bom elitismo”, *Jornal de Brasília*, Opinião, 28 de janeiro.
- CARNEIRO, Luiz Orlando (2005), “Itamaraty Rebate Críticas sobre Prova de Inglês”, *Jornal do Brasil*, 15 de janeiro.
- CANTANHÊDE, Eliane (2005), “Só pra Inglês Ver”, *Folha de São Paulo*, 16 de janeiro.
- FLECHA DE LIMA, Paulo Tarso (2005), “Itamaraty” in *Folha de São Paulo*, Painel do Leitor, 22 de janeiro.
- JORNAL DO BRASIL (2004), “Contra Ofensiva”, *Jornal do Brasil*, Opinião, 7 de novembro.
- LOPES, Dawisson Belém (2005), “O Novo *Homo Diplomaticus*”, *Observatório da Imprensa*. 22 de fevereiro.
- MOTTA, Nelson (2005), “Muito Barulho por Nada”, *Folha de São Paulo*, Opinião, 4 de fevereiro.
- SEITENFUS, Ricardo (2005), “Para inglês ver” in *Folha de São Paulo*, 9 de fevereiro.
- WEINBERG, Mônica; MARTINS Sérgio; CARNEIRO Marcelo; CABRAL, Otávio (2005), “O Grande Salto para Trás”, *Veja*, edição 1889, 26 de janeiro.

Resumo

O presente artigo analisa as formas simbólicas incorporadas pela coletividade dos diplomatas brasileiros, principalmente no tocante à noção de Casa. O argumento principal é que a metáfora implícita na designação da Casa de Rio Branco faz alusão a referências ligadas a noções de parentesco e hereditariedade. Por um lado, essas metáforas têm forte eficácia simbólica no que tange à manutenção de um espírito de corpo e um *ethos* compartilhado em meio à crescente heterogeneidade de origem dos neófitos da carreira de diplomata. Não obstante, também são esses recursos simbólicos que contribuem para a continuidade de acusações e defesas de elitismo com alusões a supostos favorecimentos de parentes de diplomatas no tocante à entrada na carreira. Tal questão é evidenciada ao longo da discussão na imprensa nacional a respeito da retirada do caráter eliminatório do exame de língua inglesa do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, no ano de 2005.

Abstract

The present article analyzes the symbolic forms incorporated by the collective of Brazilian diplomats, especially regarding the notion of House. The main argument is that the metaphor implicit in the designation of the House of Rio Branco alludes to references linked to notions of kinship and heredity. On the one hand, these metaphors have strong symbolic efficacy with regard to the maintenance of an *esprit de corps* and a shared ethos in the midst of the growing heterogeneity in the origin of new diplomats. Nevertheless, these symbolic resources also contribute to the continuity of accusations and defenses against claims of elitism, with allusions to supposed favoring of relatives of diplomats in entering the career. This issue is evidenced throughout the discussion in the national press regarding the fact that the English language exam no longer eliminates candidates from the process of admission to the diplomatic career, in 2005.

Palavras-chave: Instituto Rio Branco, parentesco, diplomacia, exame de língua inglesa, Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

Key words: Rio Branco Institute, kinship, diplomacy, English language exam, Admission Exams to the Diplomatic Career